

O atoleiro fiscal do governo

07 MAI 1996

Brasil pode não voltar à era inflacionária, mas crescerá a ritmo menor que o necessário

The Economist

Quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente do Brasil em janeiro de 1995, eram grandes as esperanças de que o gigante latino-americano, que há tempos apresentava desempenho insatisfatório, estivesse no limiar de uma nova era de crescimento estável. Como ministro da Fazenda, Cardoso tinha adotado um programa econômico centrado em uma nova moeda, que reduziu a inflação para 21% durante os últimos 12 meses, o índice mais baixo desde o começo da década de 70. Como presidente, ele prometeu modernizar tanto o Estado como a economia, para permitir ao Brasil crescer mediante competição com o

exterior, em vez do protecionismo do passado.

Ele trabalhou nisso. Contudo, hoje, os obstáculos à mudança são novamente mais visíveis do que as mudanças. O primeiro impedimento é a Constituição de 1988, que reflete o passado estatizante do País, voltado para dentro. No ano passado, Cardoso convenceu um Congresso dividido a apoiar emendas para pôr fim aos monopólios estatais sobre as telecomunicações e o petróleo, abrindo assim essas áreas e a de mineração ao investimento estrangeiro. Porém, a maioria das mudanças ainda não foi colocada em execução. Em alguns casos, as leis necessárias estão paradas em comissões parlamentares.



Em outros, como o do petróleo, as leis ainda não foram sancionadas, e burocratas lutam para adiá-las.

Há uma preocupação mais grave. A falta de progresso em mais três emendas constitucionais - para

reformular a previdência social, a administração pública e o sistema fiscal - ameaça a recém-encontrada estabilidade econômica. Cada uma dessas mudanças daria ao governo um controle mais forte sobre as finanças públicas. Sem elas, o déficit orçamentário (depois de levar em conta a inflação) atingiu 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado - acima do nível de 1989 - e continuou a aumentar no primeiro trimestre deste ano.

Essa indisciplina fiscal está custando caro ao Brasil. Obrigou o governo a depender primeiro de uma taxa cambial sobrevalorizada e, depois, durante o ano passado, de um endurecimento da política mo-

netária, para manter a inflação em declínio. Para todas as empresas, exceto as de primeira linha, os empréstimos custam até 30% acima da taxa de inflação. O resultado tem sido uma acentuada desaceleração econômica, a pior onda de falências de empresas desde 1980, e desemprego crescente. Enquanto isso, a dívida interna do governo está em disparada, em parte porque o Banco Central teve de emitir papéis para enxugar os fundos estrangeiros atraídos pelas elevadas taxas de juros. O alto custo do serviço de dívida exerce pressão adicional sobre o orçamento. Nem o déficit nem a dívida são enormes, pelos padrões mundiais. (Cont. B-3)

O atoleiro fiscal do governo

GAZETA MERCANTIL

07 MAI 1996

The Economist

(Continuação da página A-1)

Mas, afirma Eduardo Giannetti, economista da Universidade de São Paulo, a modesta classificação de crédito do Brasil torna ambos insustentáveis por mais do que um ano ou dois.

As autoridades afirmam que a situação fiscal está começando a melhorar. Esperam que a queda das taxas de juros (caíram pela metade durante o último ano), uma linha dura para os salários e um aperto dos gastos dos governos estaduais e municipais reduzirão o déficit para 2% a 3% do PIB neste ano; muitos economistas do setor privado esperam 3% a 4%. O que importa, afirma Pedro Malan, o ministro da Fazenda, não é o fluxo de caixa do Tesouro deste mês ou do próximo, mas que o déficit neste ano será inferior ao do ano passado, e ainda menor em 1997.

Esse tranqüilo corte de gastos pode funcionar. Não há sinais de que o governo esteja perdendo o controle da inflação ou de suas próprias con-

tas. Acaba de elevar o salário mínimo, mas em apenas 12%, e as aposentadorias em 15%, aumentando também as contribuições. Contudo, sem uma reforma mais fundamental das finanças públicas, o espaço para cortes mais profundos nas finanças ou para aumentar a taxa de poupança e, conseqüentemente, a expansão econômica, está limitado. Além do serviço de dívida, na raiz do problema fiscal do Brasil está a máquina burocrática inflada, cujos integrantes desfrutam de garantia de emprego e, alguns deles, do direito a se aposentar aos 45 anos com uma aposentadoria 20% acima do último salário. No ano passado, segundo Raul Velloso, um analista de orçamento em Brasília, os gastos em salários, aposentadorias e benefícios engoliram quase 75% do total da receita tributária do governo, incluindo as contribuições à previdência social.

Para afrouxar essa camisa-de-força fiscal, exige-se mudança constitucional. Mas a emenda do governo para reformar as aposenta-

dorias e a previdência foi paralisada por um juiz do Supremo Tribunal Federal. A proposta de reforma administrativa, que permitiria a demissão de servidores, ainda não chegou ao plenário do Congresso, embora os governadores de estados em dificuldades financeiras a apoiem. E com as eleições municipais previstas para outubro, poucos legisladores permanecerão em Brasília muito depois de meados de julho, sem falar em votar medidas impopulares de aperto de cinto.

O que tem faltado em Brasília, diz Bolívar Lamounier, cientista político, é um senso de urgência. Isso pode estar mudando. Na semana passada, Fernando Henrique Cardo-

so, ao fazer um remanejamento ministerial mais amplo, designou um ministro especificamente para melhorar as relações do governo com o Congresso. Ele próprio começou a defender com mais vigor suas reformas. Seus poderes de persuasão não devem ser subestimados. Mas os críticos temem que ele tenha perdido a oportunidade de efetuar reformas radicais do Estado brasileiro, por não ter agido no começo do mandato, quando sua popularidade estava no auge. Mesmo se estiverem corretos, o Brasil não retornará necessariamente aos seus hábitos inflacionários. Mas crescerá a ritmo menos veloz do que precisa, e do que poderia conseguir.